

# Sem pedagogia

28 DEZ 1996

**O** ministro Paulo Renato Souza está estudando a reforma do ensino de Segundo Grau. As mudanças ainda serão discutidas no primeiro trimestre de 1997 com os secretários estaduais de Educação e depois submetidas ao Conselho Nacional de Educação. Mas pode-se antecipar seu sentido geral, com base em declarações do ministro.

Destas transparecem duas preocupações principais: com o caráter enciclopédico do currículo de Segundo Grau; e com a distorção notada nas escolas técnicas federais, que, em vez de formarem para o mercado mão-de-obra qualificada, estariam se tornando, com a boa qualidade de seu ensino, degrau de acesso para a universidade.

A reforma realmente profunda produziria uma pedagogia para o Segundo Grau, mais do que uma mudança de currículos. O que existe hoje no Segundo Grau é pedagogia de transição: o ensino é comandado pelo vestibular; entra-se no Segundo Grau apenas para chegar ao Terceiro. O esvaziamento pedagógico contaminou as escolas técnicas fede-

rais, que também são onerosas: para formar cerca de 110 mil alunos, o Governo gasta anualmente US\$ 500 milhões. É dinheiro demais, para o simples retorno de garantir ao aluno lugar numa universidade. Se, porém, o fôlego das reformas não der para se restaurar a pedagogia

das escolas técnicas e para se definir a pedagogia do Segundo Grau, nem por isso perderá sentido a discussão. O Segundo Grau é o nível de ensino que mais tem crescido ultimamente: 17,7%, entre 1993 e 1995. Ao mesmo tempo, parece ser o de mais baixo rendimento, com índices muito elevados de repetência e abandono.

Para as escolas técnicas, o ministro Paulo Renato está propondo

separar formalmente o ensino de Segundo Grau do ensino técnico.

Para o ensino de Segundo Grau,

currículos de acordo com os interesses profissionais dos alunos. Isso mitigaria o enciclopedismo, mas poderia induzir à opção profissional precoce e enfraquecer o núcleo formador indispensável a qualquer qualificação, que inclui necessariamente português e matemática.

# Discutindo a qualidade

REGINA LEITE GARCIA

**O** ministro da Educação anuncia medidas de impacto que exigiriam um amplo debate, já que pretendem mudar os rumos da educação brasileira. Quando o princípio decide em seu gabinete e comunica ao povo, sem ouvir os que estão implicados em suas decisões, o mínimo que se pode dizer é que se trata de uma forma autoritária de legislar. A História está cheia destas práticas e os resultados foram sempre desastrosos. Perde o ministro a oportunidade de educar o povo, pois um povo se educa quando participa das grandes decisões que o atingem. Se ele não fosse tão onipotente, teria muito a aprender com a História da Humanidade e mesmo com a História recente de seu país, pois em alguns municípios brasileiros vem se desenvolvendo um rico processo de participação nas decisões referentes aos problemas da cidade, e educação é um problema que afeta a vida, presente e futura, da população. No entanto, como o ministro pensa, ou diz pensar, que educação é um problema técnico, despolitiza uma discussão política de fundamental importância.

No que se refere às modificações anunciadas para o Segundo Grau, afirma o ministro considerar muito longa a formação de professores e professoras para estarem na escola básica, sua prioridade afirmada. Se a escola básica fosse de fato a sua prioridade, ele deveria estar preocupado com a sua qualidade. Logo, a questão de fundo seria como melhor formar os futuros professores e professoras, de modo que as crianças brasileiras pudessem ter garantido o direito de acesso ao conhecimento produzido historicamente. Numa escola básica de qualidade, portanto, todas as crianças se percebem como sujeitos do conhecimento e têm oportunidade de ampliar e aprofundar, ao máximo de suas capacidades, o conhecimento que já trazem para a escola, mergulhando assim no mundo da cultura. Esta seria uma escola incluente, em que to-

dos teriam acesso e possibilidade de sucesso.

Mas o que seria ter sucesso na escola? Para os que pensam e fazem educação a sério, o sucesso na escola está ligado ao desenvolvimento do pensamento crítico e criativo, para que todos possam compreender criticamente o mundo em que vivem e criar coletivamente soluções para os grandes problemas que desafiam a construção de uma sociedade incluente, condição *sine qua non* para uma democracia.

Minha pergunta é: será possível ter uma visão abrangente do mundo quem está condenado a percebê-lo através do horizonte estreito da especialização? Porque o ministro afirma que para ser professor de geografia, por exemplo, basta conhecer geografia. E assim, cada área do conhecimento que cabe à escola socializar. Ao contrário do que ele afirma, o professor de geografia, hoje, tem de ser ecologista, conhecer economia, política, abrir, portanto, de um conhecimento restrito para um conhecimento muito mais amplo, a fim de que seus alunos e alunas se capacitem tanto para a abstração quanto para o mais concreto do mundo.

Como contribuir para que as crianças da escola básica compreendam o mundo em que vivem se

elas serão "educadas" a ver o mundo por janelinhas estreitas que se abrem e fecham sem qualquer comunicação? Será que no mundo da inevitável transdisciplinaridade ou até da transversalidade tem algum sentido colocar e apresentar o conhecimento nos compartimentos estanques das disciplinas? Se o ministro fosse moderno como afirma, saberia que a divisão disciplinar não dá conta da complexidade do conhecimento e que hoje todos os grandes projetos só são possíveis através do diálogo transdisciplinar. Ou será que ao invés de futuros cidadãos pensantes, ele pretende formar meros repetidores do já dito, prontos para "se dar bem" nos testes que apenas medirão a memória?

...despolitiza  
uma discussão  
política de  
fundamental  
importância

REGINA LEITE GARCIA é professora titular da Universidade Federal Fluminense.